



Universidades Lusíada

Rapaz, Virgílio José, 1942-

Nos 75 anos da teoria geral : uma prequela

<http://hdl.handle.net/11067/5185>

Metadados

Data de Publicação

2011

Resumo

No 75º. Aniversário da “Teoria Geral”, Keynes está, de novo, bem presente e é muito invocado para se explicar e ultrapassar a actual crise económica e financeira. Mas, os elogios esquecem, com frequência, as sucessivas contribuições que, desde Aristóteles, diferentes pensadores foram dando para a formação da Macroeconomia. O texto procura perspectivar os aspectos essenciais da visão de Keynes, sublinhando as suas dívidas para com autores precedentes....

5 years after the publication of the “General Theory”, Keynes is back and much invoked to explain and overcome the current economic and financial crisis. However, praises forget, often, the successive contributions, since Aristotle, given by different thinkers to the formation of Macroeconomics. This paper aims at putting the essential features of the Keynes’ approach into a proper historical environment, underlining his debts to preceding authors....

Palavras Chave

Macroeconomia, Política económica, Economia - História, Keynes, John Maynard, 1883-1946 - - Crítica e interpretação

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCEE] LEE, n. 12 (2011)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T12:17:49Z com informação proveniente do Repositório

coluna de resultados significa que, em 9,3% das sessões ocorridas no período de crise definido para a crise do México, um mercado apresentou rendibilidades extremas (menores do que o percentil de 5% ou maiores do que o percentil de 95% de cada um dos mercados da amostra). Na coluna “Período Total” indica-se o valor dessa percentagem obtido para todo o período da amostra.

NOS 75 ANOS DA TEORIA GERAL: UMA PREQUELA

Virgílio Rapaz

Universidade Lusíada de Lisboa

Resumo: No 75º. Aniversário da “Teoria Geral”, Keynes está, de novo, bem presente e é muito invocado para se explicar e ultrapassar a actual crise económica e financeira.

Mas, os elogios esquecem, com frequência, as sucessivas contribuições que, desde Aristóteles, diferentes pensadores foram dando para a formação da Macroeconomia.

O texto procura perspectivar os aspectos essenciais da visão de Keynes, sublinhando as suas dívidas para com autores precedentes.

Palavras-Chave: Keynes, Macroeconomia, Política Económica, História do Pensamento Económico.

Abstract: 75 years after the publication of the “General Theory”, Keynes

is back and much invoked to explain and overcome the current economic and financial crisis.

However, praises forget, often, the successive contributions, since Aristotle, given by different thinkers to the formation of Macroeconomics.

This paper aims at putting the essential features of the Keynes' approach into a proper historical environment, underlining his debts to preceding authors.

Key-words: Keynes; Macroeconomito; Economic Policy. History of Economic Thought.

1. Introdução

No ano em que ocorre o 75º aniversário da publicação da obra mais conhecida de Keynes, “*The General Theory of Employment, (1) Interest and Money*”, o seu nome está de novo bem presente, sendo muito invocado nas discussões sobre a melhor maneira de se explicar e ultrapassar a actual crise económica e financeira, aliás, com frequência, revelando ignorância sobre o seu pensamento.

As páginas seguintes visam mais do que perspectivar a contribuição de Keynes para o avanço da teoria e da política económicas, procurar, sobretudo, salientar as suas dívidas para com autores anteriores, num contexto em que as preocupações *macroeconómicas* sempre estiveram presentes.

2. Nascimento da “Macroeconomia”

Uma busca em Manuais de *Macroeconomia*, Enciclopédias e Dicionários de Economia, publicados ao longo de várias décadas, mostra que há uma razoável identificação entre *Macroeconomia* e o estudo do desempenho dos grandes agregados económicos, como o PIB, Consumo, Investimento, Exportações e Importações, Emprego, Nível Geral de Preços. Em contrapartida, a Microeconomia é o domínio da análise das relações económicas a um nível menos abrangente e dos preços relativos (2).

Neste contexto haverá uma aceitação excessiva do entendimento de que Keynes foi o fundador da Macroeconomia, termo que ele próprio nunca terá utilizado. O presente texto procura, à partida, por um lado, recordar a introdução do conceito, por outro, defender que a Economia tem sido, desde o seu início, pelo menos, também *Macroeconomia*.

Segundo Schumpeter (1983, III, Pg. 507), o criador do termo “*macroeconomia*” – bem como o de “*Econometria*” – foi Frisch (1933), por razões pragmáticas, em ligação com a sua preocupação de circunscrever a análise económica ao tratamento das macro-variáveis, facilitando as ligações recíprocas entre a teoria e as estatísticas, num contexto do estudo dos problemas da economia dinâmica.

3. De Aristóteles à “teoria geral”

3.1. Grécia Clássica

Desde o seu aparecimento, a Economia não se alheou da sua vertente de preocupação com o comportamento das macro-variáveis. Com efeito, a bem conhecida etimologia do termo “*economia*”, como “*administração da casa*”, não deixou de se associar a uma visão mais abrangente, ao falar ARISTÓTELES (Pg. 35) da “*arte de administrar uma casa e a de administrar uma polis*” (a Cidade-Estado da Grécia clássica), salientando que esta é “*um agregado* (sublinhado nosso) *constituído por casas, terras e bens*”. Afasta-se, assim, da noção mais “*micro*” de Xenofonte, em “*Económico*”, que predominará, igualmente, nos autores romanos.

3.2. Escolásticos

No longo período medieval, a seguir ao desmembramento do Império Romano e à implantação do feudalismo, os ESCOLÁSTICOS privilegiaram uma abordagem normativa, subordinada à noção de “*justiça comutativa*”, passou à posteridade a sua condenação da usura, aliás, outra herança aristotélica, fortemente oposta a um tipo de transacção em que se cria moeda a partir da própria moeda, quando esta devia o seu aparecimento e justificação à necessidade de se resolver o problema da comensurabilidade dos produtos, para se ultrapassar o

estádio da troca directa.

3.3. Mercantilistas

Nos cerca de trezentos anos, a partir de meados do Século XV, o pensamento dos MERCANTILISTAS, assim baptizados por Adam Smith (1776, I, Pg. 717) (“*como um sistema de Economia Política*”), foi predominante. Mais do que uma escola teórica, estamos perante um conjunto de autores, com frequência ligados a actividades económicas, que se preocupavam, prioritariamente, com o enriquecimento dos seus Estados, identificado com a acumulação de metais preciosos, concretizado através de excedentes da balança comercial.

Ninguém poderá duvidar que esta abordagem é claramente *macroeconómica*, em termos quer do objectivo final, quer da variável instrumental. Aliás, vários têm sido os autores que destacam a relevância das ideias mercantilistas, como, por exemplo, Heckscher (1935), o próprio Keynes (1936) e, posteriormente, Fleming (1978).

Concentrando-nos no Keynes da “*Teoria Geral*”, convém ter presente que ele consagra quatro das suas “*Notes on Mercantilism, the Usury Laws, Stamped Money and Theories of Under-Consumption*” (Capítulo 23), à análise do “*element of scientific truth in mercantilist doctrine*” (Pg. 335).

Preocupado com a insuficiência dos incentivos ao novo investimento, Keynes (1936) sublinha, na posição mercantilista, as consequências da sua receita na redução da taxa de juro, através da dilatação da massa monetária, remetendo para considerações de Petty (1676) na sua “*Political Arithmetick*”. E, claro, daqui decorre, outrossim, benefícios em termos do nível de emprego. Isto é, há consequências favoráveis em termos de rendimento/emprego e de liquidez. Como Heckscher (1935, II, Pg.178) escreveu: os mercantilistas “*killed two birds with one stone*”. Como contraponto, registe-se que Schumpeter (1954, I, Pg. 397) entende que Keynes foi excessivamente generoso na sua apreciação da contribuição mercantilista.

Numa abordagem distinta, refira-se que outro Mercantilista, Bodin (1568), na sua controvérsia sobre a explicação da subida dos preços na Europa, responsabilizou, em “*Reponse aux paradoxes de Monsieur de Malestroit*”, o afluxo de ouro das Américas a Espanha, no âmbito da sua conquista colonial, e desta para o resto do Continente, através das importações espanholas (3), esboçando a (mal designada) Teoria Quantitativa da Moeda. Subscrevemos a afirmação de Tutin (2009, Pg. 11): “*La microéconomie n'existe pas et les questions monétaires sont clairement et exclusivement des questions macroéconomiques*”. Trata-se, obviamente, de uma análise do nível geral de preços e não dos preços relativos, fronteira que alguns utilizam para separar esses dois domínios da Economia.

Finalmente, refira-se que um Mercantilista, Montchrétien (1615), é geralmente reconhecido como autor da expressão “*economia política*” no seu

“*Traité d’Economie Politique*” (4), numa clara indiciação, em nosso entender, da identificação do objecto da nova Ciência em construção com a economia nacional, com a *macroeconomia*. Retoma, assim, a visão alargada de Aristóteles, tão manifesta nas suas preocupações com a gestão da polis: afinal, qualquer Dicionário esclarece que “*Política*” é a “*Ciência ou arte de governar uma nação*”.

“*Economia Política*” é expressão sucessivamente utilizada no frontispício das suas obras por, entre outros, Say (1803), Ricardo (1817), Malthus (1820), List (1841), Stuart Mill (1848), Walras (1874) e Pareto (1906). Na Alemanha, surgiram designações equivalentes a “*Economia Nacional*”: “*Volkswirtschaft*” e “*Staatwirtschaft*”. Só com Marshall (1890) passou a ser corrente o termo “*economics*”, associado, inicialmente, ao triunfo de uma abordagem *microeconómica* de uma ciência pretendida objectiva, neutra, desligada de conotações ideológicas (5).

3.4. Fisiocratas

Contrariamente aos Mercantilistas, os FISIOCRATAS constituem uma primeira escola de pensamento, fortemente estruturada, que dominou a França, durante um quarto de século, a partir de meados do Século XVIII. Liderada por Quesnay, autor do “*Tableau Economique*” (1758), e composta por um pequeno grupo de fiéis discípulos, a Fisiocracia (6) – “*governo da Natureza*” – rapidamente foi ultrapassada com a chegada de Adam Smith. Todavia, tal não obstou a que tenha deixado um legado importante na História do Pensamento Económico e que os seus partidários fossem rotulados, na época, como “*la secte des économistes*”, parece que com intuítos pouco laudatórios, mas que acabou por consagrar, até hoje, uma nova profissão.

O “*Tableau Economique*”, com a sua ideia de um circuito, revelador da interdependência entre os grandes agregados económicos, permanece um marco fundamental no progresso da ciência económica, verdadeiro modelo matemático, embora singelo, de uma economia na sua globalidade. Antepassado da Contabilidade Nacional, inspirador da análise “*input-output*”, como reconhecido pelo próprio Leontief, estamos perante, sem dúvida, uma análise macroeconómica.

E a modernidade e universalidade são testemunhadas pelo tributo prestado, por vezes apenas implícito, por autores de posturas bem distintas. Assim, Marx elogia a importância da apresentação fisiocrática do conjunto do processo de produção e de reprodução bem como da repartição do produto por diferentes classes. E mais directamente relacionado com este texto, convém salientar a relevância do capital (“*les avances*”) na actividade económica e a noção de que a poupança é nefasta para a economia, na medida em que interrompe o fluxo circular dos produtos e da moeda, precedendo crítica de Keynes à lei de Say. E quando os fisiocratas defendem que o aumento dos rendimentos dos proprietários das terras expande as suas despesas em produtos das classes produtivas e estéreis,

antecipam uma posição de Malthus, favorável às “*Corn Laws*”, sublinhando a importância da procura, a retomar por Keynes.

3.5. Clássicos e Heterodoxos

Questão prévia: quem são os CLÁSSICOS? Não vamos entrar no debate acerca da abrangência da definição. Após a cunhagem do termo por Marx, para abarcar Ricardo e os seus predecessores, desde Petty, defensores da teoria do valor-trabalho, e a utilização do termo por Keynes (1936, Pg.3) para cobrir os seguidores de Ricardo até ao seu contemporâneo Pigou, neste texto, “clássicos” designa os autores que, desde Smith a Stuart Mill, apoiaram o liberalismo económico e o primado do sistema capitalista de mercado.

Depois: quem são os HETERODOXOS? Com este atributo, pretendemos descrever os que se afastaram desta ortodoxia predominante, seja por pretenderem substituir o modelo económico de base, construindo uma sociedade socialista, seja por não aceitarem as vantagens do comércio internacional entre parceiros de desenvolvimento desigual (7).

A simples leitura dos títulos da obra de SMITH (1776) e dos seus “livros” revela preocupações *macroeconómicas*, com o foco da atenção conferido à “*natureza e às causas da Riqueza das Nações*”. Esta visão enciclopédica e sistematizada da globalidade dos mecanismos de produção e de repartição da riqueza material não pode deixar de ser, numa observação binária, sempre redutora, catalogada como *macroeconómica*.

Keynes (1936) refere-se pouco à obra de quem chama “*forerunner of the classical school*” (Pg. 361). E quando o faz, tal não ocorre na parte substantiva da “*Teoria Geral*” mas sim nas suas “*Notes*”, na parte final do texto, nomeadamente a propósito das “*usury laws*” (Pg. 352 e sg.), e, por vezes, indirectamente, em citações de outros autores.

Mas, se tal é verdade em relação a Smith, o oposto acontece, desde o início da “*Teoria Geral*” em relação a RICARDO (1817) e MALTHUS (1820), com o seu proclamado apoio ao segundo a propósito da possibilidade de existência de crises de sobreprodução. Reproduzindo Keynes (1936, Pg. 32): “*Ricardo conquered England as completely as the Holy Inquisition conquered Spain. ... The completeness of the Ricardian victory is something of a curiosity and a mystery*”. Logo a seguir, porém, o próprio enumera algumas possíveis explicações para esse acontecimento, concluindo que “*the classical theory represents the way in which we should like our Economy to behave*” (Pg. 34).

Tenha-se presente que a posição de Ricardo (1817) é precedida pela de SAY (1803), configurada pela sua célebre “*loi des débouchés*”, traduzida por Keynes (1936) como “*supply creates its own demand*” (v.g., Pg. 18). Ora, tal não é necessariamente verdade, como a simples observação da realidade o permite constatar (8). Malthus (1820) exemplifica, em particular, com a poupança, como fuga a esse circuito (com referência directa a Say) e generaliza, ao afirmar “*General*

wealth ...will always follow effective demand" (Pg. 417), utilizando, assim, expressão cara a Keynes (embora este lhe tenha conferido significado diferente).

Finalmente, MILL (1848), com os seus "*Principles*", rapidamente convertido no livro de texto das universidades anglo-saxónicas, também assumiu uma postura pró-Ricardo, que, aliás, rotulava de "*maior economista político britânico*". As suas posições sobre a teoria do valor e da distribuição, a análise do possível estado estacionário, podem ser invocadas para fundamentar este alinhamento.

Em qualquer caso, o mais importante é notar que, desde os primórdios de Smith à sistematização consolidada de Mill, as preocupações manifestadas e as matérias tratadas são predominantemente, se não exclusivamente, *macroeconómicas*.

O mesmo é verdade em relação aos que rejeitam o modelo básico dos clássicos. Assim acontece com MARX (1863), na sua concepção de um *socialismo científico*, baseado na "*análise objectiva das leis económicas do capitalismo*". Quer nesta observação, quer na parca descrição da inelutável sociedade socialista, Marx situa-se no plano *macroeconómico*, sempre preocupado com a evolução e substituição do sistema económico, fundamentadas num materialismo histórico, enquadrado pela dialéctica hegeliana.

LIST (1841) intitula a sua obra mais conhecida com uma dupla referência à abordagem *macroeconómica*: "*Sistema Nacional de Economia Política*". Uma citação pode testemunhar o seu ponto de vista, no tocante ao repúdio da posição livre-cambista: "*Uma nação como a inglesa, cuja força de manufactura ganhou enorme avanço em relação a todas as outras nações, mantém e alarga melhor a sua supremacia na manufactura e no comércio através de um comércio o mais livre possível*" (Pg. 110, parte final em itálico no original).

3.6. Do "*Equilíbrio Geral*" à "*Teoria Geral*"

Com o triunvirato dos consagradores da revolução marginalista, JEVONS (1871), MENGER (1871) e WALRAS (1874), assistiu-se, nas suas obras, à predominância do que hoje designamos *Microeconomia*, com uma mudança de tónica do tratamento dos grandes agregados para a das variáveis individuais, mais interessados na afectação dos recursos num sistema de mercado para maximizar a satisfação dos agentes económicos, recorrendo, sistematicamente, a uma teoria do valor, baseada na utilidade em vez do trabalho.

Mas, mesmo então, as preocupações dos chamados neo-clássicos com os aspectos globais do funcionamento das economias não foram apeadas. Assim, todos eles consagraram especial atenção à problemática do papel do capital no processo de crescimento económico, salientando a sua caracterização de agregado funcionalmente indispensável à evolução da riqueza nacional.

Aliás, a leitura das páginas consagradas à definição e ao objecto da "*Economia Política*", que enquadram os temas analisados, fundamenta a afirmação de que, ao aceitarem que "*value depends entirely upon utility*" (Jevons, 1871, Pg. 77), este

autores não abandonaram as questões *macroeconómicas*. Recorde-se, a propósito, que, por exemplo, Jevons preocupou-se com os ciclos económicos (a famosa teoria das “*manchas solares*”) e que o título alternativo de Walras (1874) é “*Théorie de la Richesse Sociale*”.

Mais tarde, MARSHALL (1890) substituiu a “*Economia Política*” pela “*Economia*” (“*Economics*”), na obra que veio render a de Mill no acesso ao saber universitário. Mas, a mudança de designação da disciplina, visou, em nosso entender, um acrescido reconhecimento da nova ciência no concerto das demais, não adjectivadas.

A preocupação manifestada por Marshall pela “*riqueza*” e pela “*pobreza*” (9) logo na primeira página dos seus “*Principles*” é bem reveladora do lugar importante que os temas do âmbito da “*Economia Política*” continuam a ter. E à mesma conclusão conduz a recordação dos trabalhos sobre o comércio externo e a teoria quantitativa da moeda (a famosa equação de Cambridge).

Finalmente, como que uma ligação (“*missing link*”) entre os marginalistas, neo-clássicos, e Keynes, há que ter presente a contribuição da ESCOLA SUECA, em particular WICKSELL (1898), no tocante à crítica da teoria quantitativa da moeda (os preços são determinados pelo rendimento); ao papel da taxa de juro em teoria monetária; à função motora do comportamento das *taxas de juro natural e efectiva* no processo cumulativo. Percebe-se que, a propósito, Schumpeter (1954, III, Pg. 547) tenha recordado a expressão “*swedish stepping stones to Keynes*”, para caracterizar esta notável antecipação de uma verdadeira macroeconomia monetária.

Parece, pois, legítimo concluir que do “*Equilíbrio Geral*” de Walras à “*Teoria Geral*” de Keynes, passando pela “*general theory of the equilibrium of demand and supply*” (Marshall, 1890, Pg. vii) há, é verdade, uma evolução no sentido de conferir acrescida atenção a comportamentos menos agregados, *microeconómicos*, mas sem descurar, longe disso, a observação e a análise das variáveis *macroeconómicas*.

4. Enfim, Keynes

O Keynes de que iremos tratar é o da “*Teoria Geral*”, pedra de cúpula do pensamento do autor. Não serão referidas as suas numerosas contribuições anteriores, a não ser tendo em vista dissipar algumas incorrecções correntes acerca das suas posições (10). Não iremos explorar aquilo que o próprio Keynes (1936, Prefácio) rotula de “*natural evolution*” do seu pensamento. Uma análise aprofundada da questão da continuidade e da ruptura (11) na obra keynesiana, nomeadamente no tocante aos aspectos epistemológicos e metodológicos, consta de Nunes (1998).

A “*Teoria Geral*” desenvolve-se em torno de três agregados, Consumo, Poupança e Investimento, analisados sem preocupação com os valores assumidos individualmente ou sectorialmente, afastando-se, portanto, da visão privilegiada

pelo pensamento então dominante. Com base nas três “*funções psicológicas*” (12), “*Consumo*”, “*Preferência pela liquidez*” e “*Eficiência marginal do capital*”, o comportamento daqueles agregados determina o Emprego, objectivo cimeiro de Keynes.

As linhas seguintes procuram destacar alguns dos pontos mais relevantes da “*Teoria Geral*”, sempre enformados pela preocupação de os relacionar com contribuições de outros economistas, por adesão ou antinomia.

4.1. Teoria “*Geral*”?

A sua obra mais celebrada, Keynes (1936), foi um êxito editorial, facilitado pela venda a baixo preço, desejada pelo autor. Mas foi, igualmente, objecto de contestação, não só devido ao ataque desferido ao pensamento económico dominante, mas também pela difícil leitura, não obstante a afirmação de que “*This book is chiefly addressed to my fellow economists*” (Keynes, 1936, primeira frase do Prefácio).

O primeiro aspecto não colheu de surpresa o autor, pois ele próprio escreveu “*the difficulty lies, not in the new ideas, but in escaping from the old ones*” (Keynes, 1936, Prefácio); e o facto de ter sido como que autodidacta, sem receber formação universitária sistematizada em Economia, talvez o tenha predisposto a uma maior abertura a posições inovadoras. Skidelsky (2010, Pg. 90) rotula-o como “*o não-economista mais brilhante que alguma vez se consagrou ao estudo da economia*”.

Quanto ao segundo, uma reacção contemporânea, Knight (1937, Pg. 123), afirma que “*The chief value of the book has seemed to lie in the hard labour involved in reading it*”. E, mais tarde, Lajugie (1965, Pg. 129) sustenta que “*la lecture de ce livre est rendue difficile par des développemens très abstraits et un vocabulaire très personnel*”. Mais difícil, crê-se, o cumprimento do voto: “*I hope that it (o livro) will be intellegible to others*” (Keynes, 1936, segunda frase do Prefácio).

Keynes foi um interveniente polifacetado na vida pública, no domínio da teoria e política económica, com a publicação de algumas obras maiores e de múltiplos artigos e intervenções oratórias (13), não se eximindo a tomadas de posição polémicas (14), funcionário superior do Tesouro, entusiasta negociador internacional, docente universitário, afortunado especulador bolsista, editor, protector das artes, em especial do Teatro... Com uma visão e prática da Vida, pessoal e profissional, tão abrangentes, facilmente se compreende a sua ambição de produzir um marco referencial, “*Geral*”.

Keynes (1936, Prefácio, vii) explica que visa uma “*more general theory, which includes the classical theory with which we are familiar, as a special case*”. Passando por cima do “*more*”, algo restritivo em relação ao “*General*” - sem qualquer quantificação - do título, note-se que o autor não repudia totalmente os postulados da teoria clássica, antes os confinando a um caso particular, extremo, “*a limiting point of the possible positions of equilibrium*” (Keynes, 1936, Pg. 3). No entanto, acrescenta que essa circunstância específica não está presente na realidade de

então, com a consequência de a aplicação dos preceitos clássicos se revelarem “*misleading and disastrous*” (idem). Porém, tal não obstara a que tivesse escrito um obituário muito elogioso aquando da morte de Marshall (1924), espécie de seu pai espiritual.

Mas, essa qualificação oferece o flanco a críticas sobre a sua falta de “*generalidade*”, por o próprio texto da “*Teoria Geral*” ficar aquém do que se poderia entender ser uma “*teoria verdadeiramente geral*”.

Em primeiro lugar, a análise da conhecida oposição “*curto prazo-longo prazo*”, tão do agrado de Marshall. Keynes (1936) privilegia uma visão conjuntural, para se usar uma terminologia pós-keynesiana. A aplicação da abordagem keynesiana a um horizonte temporal mais dilatado foi deixada aos seus seguidores, nomeadamente o colega e biógrafo encomiástico Harrod (mencionado nos “*agradecimentos*” no Prefácio). Vem a propósito referir que a famosa frase, tão citada, “*in the long run we are all dead*”, aparece, as mais das vezes, descontextualizada, porquanto se é verdade que Keynes a escreveu, não é menos certo que não o fez na “*Teoria Geral*” mas sim em “*A Tract on Monetary Reform*” (1923), ao discutir a validade da teoria quantitativa da moeda, como defendida por Marshall: em seu entender, ela só seria provavelmente verdadeira no longo prazo, o tal em que ...

Sobre este tema, o coetâneo Schumpeter (1951, Pg. 275) criticou Keynes, escrevendo: “*he was childless and his philosophy of life was essentially a short-run philosophy*”. Clarke (2009, Pg. 102) nota o eventual carácter homofóbico do comentário e acrescenta que Keynes pode ter sido influenciado pelos seus próprios argumentos a favor da falibilidade dos nossos poderes de previsão. Mas que ele não deixou de manifestar preocupação com o futuro menos imediato é visível em várias intervenções orais e textos, um deles com o sugestivo título “*Economic Possibilities for our Grandchildren*” (1930).

Depois, o facto de a análise da “*Teoria Geral*” se situar no âmbito de uma *economia fechada* é passível de outra crítica de falta de generalidade. No entanto, a obra contém referências esparsas ao comércio externo, por exemplo, no contexto da análise das repercussões do multiplicador de investimento em termos de emprego (Pg. 120), salientando a existência de “*fugas*”. Mas, efectivamente, seriam os seus seguidores que viriam a inserir, de maneira integrada, o sector externo no modelo keynesiano: entre outros, Robinson e Meade.

Enfim, ao utilizar “*wage units*”, para eliminar o nível de preços (Keynes, 1936, Pg. 41), a sua abordagem deixa de lado preocupações com a inflação, problema a tomar em consideração apenas ao atingir-se o pleno emprego: na leitura keynesiana, o reequilíbrio económico decorre de ajustamentos das quantidades e não dos preços. A chamada “*curva de Phillips*” veio preencher a lacuna desta adicional “*falta de generalidade*”, pelo menos até à sua contestação, em 1958, por Friedman e Phelps. E não será por acaso que a abordagem keynesiana entrou em declínio na sequência da recrudescência da inflação, associada ao primeiro “*choque do petróleo*”.

4.2. Crises

Keynes (1936) terá sido influenciado pela preocupação de se sair completamente da Grande Crise 1929-1933 – que, aliás, não cita na “*Teoria Geral*” – e de se evitar a sua repetição. No entanto, essa não foi a primeira das crises que o sistema capitalista viveu: ao longo do século XIX e no século passado, antes da 1ª. Grande Guerra Mundial, os historiadores registaram mais de uma dezena.

Há muito, Marx tinha defendido que o sistema capitalista só sobrevive e progride enquanto a poupança da burguesia é utilizada pelos empresários para aumentar indefinidamente os seus investimentos. Mas, com a concretização da lei tendencial da queda da taxa de lucro, o sistema seria conduzido, mais cedo ou mais tarde, à sobreprodução, à crise, ao desemprego e, enfim, ao afundamento do capitalismo e à sua substituição pelo socialismo, com apropriação pública dos meios colectivos de produção. E, recorde-se, fundamentado em pressupostos diferentes, Wicksell (1898) explicou as sucessivas vagas de expansão e de recessão.

Keynes atribui-se missão oposta à de Marx. Enquanto este visava explicar o fim inelutável do capitalismo, dando toda a ajuda, teórica e revolucionária, para o concretizar, aquele propunha-se, pelo contrário, perceber a razão das crises para melhor as combater, para garantir, através de uma política adequada, a superação da estagnação, a perenidade do sistema. Coincidência simbólica: Keynes nasceu em 1883, ano do falecimento de Marx!

Mas ambos tinham sido reconhecidamente antecidos por Malthus na crítica à Lei de Say. E, entre os dois, tinham tido uma certa divulgação as teses do sub-consumo (“*under-consumption*”), defendidas por Hobson (1889), aliás mencionadas, com algum desenvolvimento, por Keynes (1936), que as rotulou de “*penetrating intuitions*” (Pg. 365).

Ao recusar o paradigma de uma Economia dominada pela Oferta, ao substituí-lo pelo de uma Economia determinada pela Procura, esta, dada a sua instabilidade, nomeadamente ao nível da componente Investimento, passa a ser a variável-chave a dominar – o primado da procura efectiva (15) – para se alcançar o estado de uma economia de equilíbrio de pleno emprego. Donde a relevância do isolado Malthus e o importante significado da sua recuperação por Keynes. Skidelsky (2010, Pg. 140), numa imagem física, defende que a “*Teoria Geral*” propõe “*a tese de que uma economia de mercado descentralizada carece de impulso gravitacional em direcção ao pleno emprego*”.

Aliás, se se recuar mais no tempo, há quem defenda que Buridan (1328-1358), professor da Universidade de Paris, ao actualizar a noção escolástica de “*indigentia*”, alargando-a à comparação entre o possuído e o desejado e distinguindo necessidades individuais e agregadas, sendo estas a base da evolução do mercado, se aproximou do conceito de *procura efectiva* (Ekelund & Hérbert, 2007, Pg. 31).

4.3. Multiplicador

Keynes (1936, Pg. 115) introduz a noção de “*multiplicador de investimento*”, medindo a relação entre o aumento do rendimento e o incremento de investimento que o originou (em caso de disponibilidade de capacidade produtiva; se não, degenera em inflação).

De imediato, o autor procura explicar a diferença entre este conceito e o de “*multiplicador do emprego*”, quantificando relações entre investimento e emprego, introduzido por Kahn (1931), jovem discípulo e principal colaborador, destacado por Keynes (1936, Prefácio, viii) nos seus “*agradecimentos*” pelos “*constant advice and constructive criticism*”. Schumpeter (1954, III, Pg. 545) vai mais longe: a sua contribuição “*n’est pas loin d’en faire le coauteur*”.

Segundo Keynes (1936, Pg. 115), não há, em geral, razão para se supor que os valores assumidos por ambos os multiplicadores sejam iguais, por razões que detalha. Depois, debate, “*following Mr. Kahn*” (Pg. 119), os factores a não descurar na análise do seu multiplicador numa comunidade moderna.

O ponto mais importante a reter destas considerações prende-se com a clara influência do trabalho de Kahn no domínio de um tema considerado tipicamente keynesiano. Interrogação pendente: porquê a escolha de “*k*” para designar ambos os “*multiplicadores*”. Homenagem ao colaborador? Imodéstia de Keynes? (16)

E, mais uma vez, com acrescido recuo temporal, podemos encontrar um esboço da noção de multiplicador em Boisguillebert, precursor dos Fisiocratas, elogiado por Schumpeter (1954), enquanto perito em Finanças Públicas. Na obra “*Détail de la France. La France ruinée sous le règne de Louis XIV*” (1697), analisa, no contexto de um circuito económico, antecipação simplificada do modelo de Quesnay, a consequência multiplicada das transacções entre os agricultores e os restantes agentes económicos. E mais exemplos poderiam ser dados sobre outros autores, que esboçaram, antes da dupla Kahn-Keynes, a mesma ideia, v.g., Bagehot e Marshall.

Conclua-se, notando que a relevância empírica do multiplicador tem-se vindo a revelar mais atenuada que na sua origem keynesiana, na sequência dos trabalhos realizadas no âmbito da verificação das teorias do consumo, fundamentadas no ciclo de vida (Modigliani) e no rendimento permanente (Friedman). E, claro, em geral, a aceitação da equivalência ricardiana restringe, também, a expressão quantitativa do multiplicador.

4.4. Moeda

Em Keynes (1936), a procura de moeda – “*subtle device for linking the present to the future*” (Pg. 294) - ganha uma inovadora dimensão adicional. Para além dos *motivos de transacção* e de *precaução*, legado marshalliano, introduz o *motivo-especulação*: “*Income-motive*”, “*Business-motive*”, “*Precautionary-motive*” e “*Speculative-motive*” na terminologia da “*Teoria Geral*” (Pg. 170, 195-196).

Este último merece do autor uma exposição muito detalhada, porquanto é menos bem conhecido e assume particular relevância na transmissão dos efeitos de uma modificação da oferta monetária. Recordemos: o motivo-especulação tem a ver com o objectivo de “*securing profit from knowing better than the market what the future will bring forth*” (Pg. 110).

Keynes recorre ao novo conceito de “*liquidity preference*” (Pg. 166), para descrever a quantidade de moeda que os agentes económicos desejam reter, em função de diferentes conjuntos de circunstâncias, com particular destaque para a incerta evolução futura das taxas de juro.

A moeda é vista, simultaneamente, como um meio de pagamento e um activo perfeitamente líquido; a sua procura está associada à busca de um carteira óptima, num universo com dois activos – moeda e obrigações. Aliás, a pureza da carteira de Keynes - um ou outro dos activos – presta-se a uma nova crítica de falta de generalidade da sua teoria: as carteiras são mistas. Tobin (1958) ultrapassou esta insuficiência, ao explicar a fundamentação de carteiras diversificadas.

Na visão keynesiana, a taxa de juro não resulta do confronto entre a poupança e o investimento - não é variável real - mas sim entre a oferta de moeda e a preferência pela liquidez - é variável monetária. A taxa de juro é o prémio de liquidez da moeda, não é a retribuição pela renúncia ao consumo (Nassau Senior), mas a recompensa pela não-tesaurização, pela renúncia à liquidez. A taxa de juro assim determinada vai ser, por seu turno, confrontada com a *eficiência marginal do capital* e fixar o nível do investimento, logo, a *procura efectiva*. Estamos, portanto, perante uma “*teoria monetária da produção*”, como, ainda no século anterior, tinha sido defendido por Wicksell (1898), como Keynes não podia ignorar (17).

Claro que a descrição anterior conduz ao repúdio da teoria quantitativa da moeda, elemento central da Economia Clássica, entendida, como em Say, como uma economia de trocas reais. Obviamente, em Keynes a moeda não é neutra, a instabilidade da sua procura, vale dizer, a instabilidade da velocidade de circulação da moeda, desliga a oferta de moeda do nível geral de preços. Este é o resultado do confronto entre a procura e a oferta agregada de bens e serviços.

4.5. Política Económica

Que política decorre da análise teórica de Keynes (1936)? Ele procurou uma solução para a expectável insuficiência da procura efectiva, em termos de se conseguir um equilíbrio de pleno emprego. Sendo este, como se recordou atrás, o resultado final de comportamentos registados nos diferentes mercados agregados, nada garante que seja atingido: donde, a receita de o Estado intervir para compensar aquela debilidade.

A novidade não é a recomendação de intervenção pública; esta já tinha sido avançada no passado e concretizada, recentemente, pelo *New Deal* de Roosevelt, nos Estados Unidos. A importante contribuição da “*Teoria Geral*” consistiu em ter facultado uma argumentação sistemática, permitindo justificar e quantificar,

via multiplicador, a actuação do Estado. Mas, não se deve cometer a injustiça de se esquecer a contribuição de Wicksell e dos seus seguidores da Escola Sueca, Lindhal, Lundberg, Myrdal e Ohlin. Estes autores, ao procederem, antes de Keynes, à análise macroeconómica dos ciclos, favoreceram declaradamente a intervenção pública. A língua em que inicialmente expuseram as suas ideias não terá facilitado a sua merecida divulgação.

Quanto à política monetária, Keynes (1936, Pg. 375) defendeu a redução da taxa de juro *“to that point relatively to the schedule of the marginal efficiency of capital at which there is full employment”*. No entanto, esta política expansionista não é fiável, para garantir a continuada realização do objectivo pleno emprego.

Com efeito, por um lado, a pretendida diminuição da taxa de juro pode ser contrariada ou mesmo frustrada, se a procura de moeda por motivo-especulação absorver grande parte ou toda a nova emissão monetária, isto é, em circunstâncias vizinhas ou verificadas de *“armadilha da liquidez”* (*“liquidity trap”*), expressão, com frequência, erradamente atribuída a Keynes (não consta da *“Teoria Geral”*), quando o seu autor é Robertson (18) (1936), aliás, em contexto algo diferente.

Por outro, mesmo com taxa de juro mais baixa não está garantida a concretização de mais procura, se a elasticidade do Consumo e do Investimento forem suficientemente reduzidas, como consequência do colapso da eficiência marginal do capital numa economia deprimida. Os famosos *“animal spirits”* (19)

...

Nestas circunstâncias, e contrariamente ao relevo outorgado à política monetária no seu *“Treatise on Money”* (1930), o papel principal da política contracíclica, estabilizadora, deve ser confiado à política orçamental através de uma gestão dos gastos públicos, adequadamente doseados (não há a defesa de défices públicos sistemáticos, permanentes), de modo a se conseguir uma procura efectiva consistente com a plena utilização dos recursos. Como Keynes (1936, Pg. 378) escreve: *“a somewhat comprehensive socialization of the investment will prove the only means of securing an approximation to full employment”*.

Mas não se deduza desta afirmação que Keynes seja simpatizante das ideias socialistas! Keynes (como Schumpeter) tem fraca consideração pelo valor da teoria económica de Marx, preferindo-lhe Gesell (20). E dissipa eventuais dúvidas ao negar qualquer preferência por um *“State Socialism”* (1936, Id.), defendendo que a propriedade pública dos instrumentos não é importante: verdadeiramente relevante é a actividade reguladora da procura, através da política orçamental.

São, pois, infundadas acusações de *“crypto-socialiste”* (Gazier, 2009, Pg. 4) endereçadas a Keynes, suspeito de tentar preparar o aniquilamento do sistema capitalista, à força de défices orçamentais e de confiscação fiscal. Na sua antepenúltima *“Concluding Note”*, Keynes (1936, Pg. 380) faz a apologia das tradicionais vantagens do individualismo e da descentralização, salientando o papel do interesse próprio, na linha dos grandes autores clássicos, e conclui *“it is also the best safeguard of the variety of life”*. E uma viagem à então U.R.S.S. consolidou-lhe este ponto de vista.

A política orçamental, na sua dupla vertente de despesas e receitas, pode ser usada para guiar a propensão a consumir, através de gastos sociais e de tributação progressiva. A redistribuição do rendimento concilia preocupações de eficiência económica e de justiça social. Note-se, de passagem, que, neste ponto, Keynes diverge de Malthus, que defendia as “*Corn Laws*”, como via para se aumentar a procura efectiva, entendida mais elevada nos afluentes proprietários agrícolas.

A aplicação destas recomendações – que Keynes não tentou influenciar, como parlamentar, rejeitando vários convites para se apresentar ao eleitorado – predominou na política macroeconómica das três décadas, “*Les trente glorieuses*”, que se seguiram à “*Teoria Geral*”, nomeadamente no contexto de uma “combinação de políticas” (“*policy mix*”) do chamado modelo IS/LM, introduzido na literatura, posteriormente, por Hicks, e alargado à economia aberta por Mundell/Fleming. O reinado foi interrompido, nos anos 70, pela pujança do impulso dos Monetaristas, sob a batuta de Friedman e seus seguidores.

Resumindo: mais que no domínio da teoria, é no tocante à concepção da política macroeconómica que se poderá afirmar que Keynes desencadeou uma revolução científica no sentido de Kuhn, com mudança de paradigma: **a mão invisível de Smith é substituída pela mão visível do Estado de Keynes.**

5. Conclusão

Uma primeira conclusão a retirar consiste no reconhecimento de que atribuir a Keynes a criação da macroeconomia é profundamente injusto para muitos dos autores que o precederam. Com efeito, aplica-se aqui um “*princípio de continuidade*”, em que também é apropriado o moto de Marshall (1890, Prefácio da 8ª. Edição, 1920): “*natura non facit saltum*”. Ou, ainda, parafraseando, com acrescida abrangência temporal, Molière: “*eles fizeram Macroeconomia sem o saberem*”. Parece bem mais defender-se que Keynes merecerá o título de fundador da Macroeconomia Moderna ou, melhor ainda, da Política Macroeconómica.

Uma segunda conclusão decorre da primeira: a clara dívida de Keynes em relação aos seus predecessores.

O leitor terá notado que este texto não tem características hagiográficas. De facto, não é fundamentada a acusação de termos caído na armadilha da “*doença do biógrafo*” (a conhecida “*lues Boswelliana*” de Macaulay). Mas, estamos bem acompanhados: “*There is some fear of the too great influence of authoritative writers in political economy. I protest against deference for any man, whether John Stuart Mill, or Adam Smith, or Aristotle*” (Jevons, 1871, Pg. 261).

Mas que fique claro: também não alimentamos pretensões iconoclasticas. Bem ao contrário, defendemos que a nossa abordagem é keynesiana, no sentido em que se tentou concretizar a tese de que Keynes, também ele, seguramente um “*practical man*”, foi influenciado por “*some defunct economist(s)*” (Keynes, 1936, Pg.

383, penúltima da “*Teoria Geral*”).

6. Notas

(1) A versão original da obra não ostenta, na capa, esta vírgula, após “*Employment*”, quando seria de aconselhar que tal tivesse acontecido: seguramente, Keynes não quereria ter conferido ao desemprego uma simples função adjectival! Não conheço a razão desta escolha (Terá havido uma? Talvez regras editoriais...). Galbraith (1975) também não, falando de “*some unstated preference*” (Pg. 217). No entanto, no próprio texto da “*Teoria Geral*” (Pg. 3) e nas edições posteriores, a vírgula aparece, às vezes no âmbito de uma *solução de compromisso*: por exemplo, na de 1970, ela é utilizada na lombada, mas não na capa!

(2) Convirá ter presente as diligências para fundir os dois ramos, nomeadamente as “*microfoundations*” da Macroeconomia, que, na sequência da teoria das expectativas racionais de Lucas, pretende integrar a segunda na primeira. Mas, embora mais timidamente, também existem ideias de sentido oposto, isto é, de se construir as “*macrofoundations*” da Microeconomia.

(3) As sugestões de Ortiz (1558), no seu “*Memorial al Rey para que no salgan dineros de estes reinos de Espana*”, não foram seguidas...

(4) Schumpeter (1954) defende que o título, “*único mérito da obra*” (I, Pg. 240), valeu ao seu autor uma “*imortalidade imerecida*” (I, Pg. 49).

(5) A expressão “*Economia Política*” quase só sobrevive, praticamente, em textos de autores marxistas, na linha do uso que o seu Mestre privilegiava, para caracterizar uma Economia, baseada numa visão classista da sociedade, em estreita ligação interdisciplinar com a sociologia e a ciência política. Em França, a expressão resiste melhor: Barre (1955) é uma boa ilustração.

(6) Palavra inicial do título da obra de um dos seus seguidores, Dupont (1767): “*Physiocratie, ou Constitution naturelle du gouvernement le plus avantageux au genre humain*”.

(7) O Historicismo alemão poderia, igualmente, ser incluído, por recusar as leis gerais e universais dos Clássicos, com o fundamento de que elas são, na realidade, relativas: a Teoria não é possível, resta a observação metódica dos factos, a História.

(8) Keynes (1936, Pg. 33) observa, ironicamente, que o facto de os economistas clássicos alcançarem “*conclusions quite different from what the ordinary instructed person would expect added ... to its intellectual prestige*”.

(9) Alguns biógrafos escrevem que a observação das condições de pobreza dos trabalhadores ingleses terá determinado a decisão de Marshall de se dedicar ao estudo da Economia.

(10) Estaremos perante mais um caso da conhecida “*maldição dos clássicos*” (ainda outro sentido de “*clássicos*” ...), isto é, de serem muito citados mas pouco lidos. Neste caso, e em Portugal, junta-se um segundo sentido da “*maldição*”:

o seu nome, frequentemente, é mal pronunciado, como “*Kaines*”, em vez do correcto “*Keines*” (em caso de dúvida, consulte-se Keynes (1975)).

(11) Segundo Bishop (2004, Pg. 148), Keynes é “*A much quoted, great British economist, not famous for holding the same opinion for long*”.

(12) A utilização do termo “*psicológicas*” não deve conduzir à conclusão de que, afinal, Keynes está preocupado com comportamentos individuais, porquanto, ao contrário, a Psicologia é invocada para tentar explicar comportamentos colectivos.

(13) Schumpeter (1954, III, Pg. 570) pensa que a qualidade da sua obra terá sido afectada pela sua quantidade.

(14) Refira-se, por um lado, a propósito da Conferência de Versalhes, após a 1ª. Grande Guerra, “*The Economic Consequences of Peace*” (1919), opondo-se ao tratamento pouco generoso concedido à Alemanha; as posições de Keynes viriam a ser consagradas uma Guerra Mundial mais tarde, com o Plano Marshall. Por outro, sobre o regresso do Reino Unido ao padrão-ouro, “*The Economic Consequences of Mr. Churchill*” (1925), título invocador e de impacto, comparável ao de um eventual “*As consequências económicas do Sr. Sócrates*”, entre nós.

(15) Procura que de *efectiva* pode nada ter, pois, segundo Keynes (1936, Pg. 55) ela é definida como “*the aggregate income (or proceeds) which the entrepreneurs expect to receive*”. Por exemplo, “*antecipada*” ou “*esperada*” seriam escolhas mais apropriadas.

(16) Recorde-se, a propósito, que a notação da base dos logaritmos naturais de Neper, $e = 2,718\dots$ (ou, com mais rigor, $1/e$), foi introduzida por Euler (cerca de 1717). “*e*” é a inicial de “*exponencial*”, mas há quem sugira que Euler não terá resistido ...

(17) Para além de Keynes (1936) ter feito referências reveladoras do seu conhecimento da obra principal de Wicksell, note-se que a sua edição em inglês foi feita, em 1937, por Kahn.

(18) Segundo Gazier (2009, Pg. 18), pertencia à sua “*garde rapprochée*”.

(19) Objecto de uma obra recente: Akerlof e Shiller (2009).

(20) Keynes (1936, Pg. 355) confirma: “*I believe that the future will learn more from the spirit of Gesell than that of Marx*”. Antes, qualificara-o como “*unduly neglected prophet*” (Pg. 353).

7. Referências bibliográficas

AKERLOF, George e Robert SHILLER (2009), *Animal Spirits: how Human Psychology Drives the Economy and why it Matters for Global Capitalism*, Princeton, Princeton University Press.

ARISTÓTELES (2004), *Os Económicos*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

BISHOP, Matthew (2004), *Essential Economics*, Londres, The Economist/Profile

Books.

- CLARKE, Peter (2009), *Keynes*, Londres, Bloomsbury Publishing Plc.
- EKELUND, Robert e Robert HÉBERT (2007), *A History of Economic Theory and Method*, Long Gove, IL, Waveland Press, Inc.
- FLEMING, John Marcus (1978), *Essays on Economic Policy*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- FRISCH, Ragnar (1933), *Propagation Problems and Impulse Problems in Dynamic Economics*, em *Economic Essays in Honour of Gustav Cassel*, Londres, Allen & Unwin.
- GALBRAITH, John Kenneth (1975), *Money. Whence it came, where it went*, Boston, Houghton Mifflin Company.
- GAZIER, Bernard (2009), *John Maynard Keynes*, Paris, Presses Universitaires de France.
- HECKSCHER, Eli (1935), *Mercantilism*, Londres, Allen & Unwin (versão original, sueca, 1931).
- JEVONS, William (1871), *The Theory of Political Economy*, Londres, MacMillan and Co. (citações no texto referem-se à edição de 1970, Harmondsworth, Penguin Books Ltd).
- KAHN, Richard (1931), *The Relation of Home Investment to Unemployment*, *The Economic Journal*, Junho.
- KEYNES, John Maynard (1936), *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Londres, MacMillan and Co, Ltd (citações no texto referem-se à edição de 1970).
- KEYNES, Milo, Editor (1975), *Essays on John Maynard Keynes*, Londres, Cambridge University Press.
- KNIGHT, Frank (1937), *Unemployment: and Mr. Keynes's revolution in economic theory*, *Canadian Journal of Economics and Political Science*. Fevereiro.
- LAJUGIE, Joseph (1965), *Les Doctrines Economiques*, Paris, Presses Universitaires de France.
- LIST, Friedrich (1841), *Das Nationale System der Politischen Ökonomie*, Cotta, Versão portuguesa, *Sistema Nacional de Economia Política* (2006) Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MALTHUS, Thomas Robert (1820), *Principles of Political Economy considered with a view to their practical application*, Londres, John Murray.
- MARSHALL, Alfred (1890), *Principles of Economics*, Londres, Macmillan (citações no texto referem-se à edição de 2009, Nova Iorque, Cosimo, Inc.).
- NUNES, Manuel Jacinto (1998), *O Pensamento de Keynes. Aspectos epistemológicos e metodológicos*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda
- ROBERTSON, Dennis (1936), *Some notes on Mr. Keynes' General Theory of Interest*, *Quarterly Journal of Economics*, Novembro.
- SCHUMPETER, Joseph (1951), *Ten Great Economists; from Marx to Keynes*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- SCHUMPETER, Joseph (1954), *History of Economic Analysis*, Oxford, Oxford

- University Press. (citações no texto referem-se à versão francesa, *Histoire de l'analyse économique*, (1983), Paris, Gallimard).
- SKIDELSKY, Robert (2010), *Keynes. O Regresso do Mestre*, Alfragide, Texto.
- SMITH, Adam (1776), *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Londres, Methuen and Co, Ltd. Versão portuguesa, *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (1970), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- TOBIN, James (1958), *Liquidity preference as behaviour towards risk*, Review of Economic Studies, Fevereiro.
- TUTIN, Christian (2009), *Une histoire des théories monétaires par les textes*, Paris, Editions Flammarion.
- WALRAS, Léon (1874), *Éléments d'Économie Politique Pure*, Paris, Guillaumin & Cie (citações no texto referem-se à edição de 1988, Economica, Paris).
- WICKSELL, Knut (1898), *Geldzins und Güterpreise*, Jena, Fischer.

ÍNDICE TEMÁTICO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NOS NÚMEROS 1 A 12 DE “LUSÍADA - ECONOMIA & EMPRESA” TEORIA ECONÓMICA

Educação e investigação: especificidade da ciência económica
José Eduardo Carvalho

Efemérides: Kaldor e Galbraith (1º centenário)
Virgílio Rapaz

Um novo paradigma na teoria económica: a necessidade de repensar a escassez
de recursos
António Eduardo Martins e Felipa Lopes dos Reis

Os buracos negros da ciência económica
José Eduardo Carvalho (recensão)

Efeméride: Pierre-Joseph Proudon (1809-1865)
Virgílio Rapaz